

política

Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Inovação, reciclagem e embates

A Câmara dos Deputados avança na discussão de um projeto que amplia os incentivos fiscais destinados à reciclagem. A proposta eleva o limite de dedução do Imposto de Renda para pessoas físicas e jurídicas que investirem em projetos aprovados pela Lei de Incentivo à Reciclagem. A expectativa é estimular novos investimentos privados, fortalecer a economia circular e ampliar a preservação ambiental.

Economia verde

Defensor da proposta, o deputado federal gaúcho Carlos Gomes (Republicanos, foto) afirma que a legislação já apresenta resultados concretos. Segundo ele, “centenas de projetos foram implantados em diversas regiões do país, fortalecendo cooperativas de catadores, gerando emprego, renda, e reduzindo o volume de resíduos enviados aos aterros sanitários”.



TANIA MEINERZ/C

Mais recursos

Para Carlos Gomes, a ampliação dos incentivos permitirá captar novos recursos para programas de coleta seletiva, logística reversa, reaproveitamento de materiais e desenvolvimento de tecnologias ambientais. O parlamentar sustenta que investir na reciclagem significa promover desenvolvimento sustentável e ampliar uma cadeia econômica cada vez mais relevante para o País.

Ciência com mercado

Na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, a deputada federal gaúcha Maria do Rosário (PT) relatou e defendeu a proposta que autoriza o poder público a garantir a compra de produtos e processos inovadores desenvolvidos com recursos destinados à pesquisa científica. O objetivo é reduzir uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores brasileiros: transformar conhecimento em mercado.

Segurança para investir

Segundo Maria do Rosário, “o Brasil já investe recursos importantes em pesquisa, mas ainda faltam instrumentos que deem segurança aos investidores e às instituições científicas”. A parlamentar avalia que permitir ao governo contratar previamente a aquisição dos produtos desenvolvidos dará previsibilidade aos projetos, incentivará novas pesquisas e aproximará a inovação das necessidades da população.

Pesquisa aplicada

Especialistas do setor defendem que mecanismos semelhantes já são utilizados em diversos países para acelerar o desenvolvimento tecnológico. A expectativa é que a nova legislação fortaleça empresas nacionais de base tecnológica e reduza a dependência brasileira de soluções importadas.

Críticas à operação

O deputado federal gaúcho Marcelo Moraes (PL) voltou a criticar a operação da Polícia Federal realizada na residência do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), determinada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Segundo o parlamentar, “a ação teve motivação política e não encontrou elementos que justificassem a medida”.

Perseguição política

Marcelo Moraes também questionou outras investigações envolvendo aliados e familiares de Bolsonaro. Ao manifestar solidariedade ao ex-presidente, afirmou que “ele é alvo de perseguição política, e classificou as decisões judiciais como parte de uma estratégia para enfraquecer a oposição”.

Moraes proíbe visitas de Flávio a Bolsonaro por 90 dias

Pré-candidato divulgou carta de Jair Bolsonaro nas mídias sociais

/ STF

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), proibiu ontem o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) de receber visitas do senador Flávio Bolsonaro, pré-candidato à Presidência, durante a prisão domiciliar por até 90 dias.

Em sua decisão, Moraes afirmou que Flávio descumpriu a medida cautelar que veta que Bolsonaro use redes sociais, diretamente ou por terceiro, ao divulgar uma carta do pai no sábado. No documento, Bolsonaro afirma que Flávio é seu “porta-voz” e o candidato escolhido para representá-lo politicamente.

“Ressalto, ainda, que a conduta de Flávio Bolsonaro, como instrumento de promoção política de sua pré-candidatura a Presidente da República, com a divulgação de vídeo em rede social e utilização de expressões com carga semântica equivalente a pedido explícito de voto pode configurar propaganda eleitoral antecipada em período vedado pela legislação, devendo ser apu-

rada pelo Ministério Público Eleitoral”, diz a decisão.

Bolsonaro está preso há quase um ano. Por quatro meses, ficou em regime fechado, na sede da PF em Brasília e na unidade conhecida como Papudinha. Desde março, está detido em casa, com restrição de visitas. Também está proibido de se manifestar em redes sociais, por ordem do ministro do STF Alexandre de Moraes.

A última manifestação pública de Bolsonaro havia ocorrido

em março, também por meio de uma carta. Na ocasião, o ex-presidente afirmou lamentar as críticas feitas por nomes da direita à ex-primeira-dama Michelle e a aliados.

Em dezembro, Bolsonaro também escreveu uma carta confirmando a indicação de seu filho mais velho como pré-candidato à Presidência da República em 2026. No texto, o ex-presidente falava em “continuidade” e cita batalhas que estaria enfrentando.

EVARISTO SA/AFP/DIVULGAÇÃO/JC



Flávio descumpriu medida cautelar que veta que Bolsonaro use redes

Câmara oculta autoria de R\$ 1,3 bilhão em emendas

/ CONGRESSO NACIONAL

A Câmara dos Deputados ocultou a autoria da indicação de R\$ 1,3 bilhão em emendas de comissão, repetindo a lógica de “orçamento secreto”, em afronta a determinações do Supremo Tribunal Federal (STF), diz relatório da Transparência Brasil.

Um estudo conduzido pela entidade analisou 16,6 mil indicações de emendas no ano passado, que somaram R\$ 11,7 bilhões considerando todo o Congresso. A conclusão foi: sete bancadas da Câmara destinaram 16% do total em nome de lideranças partidárias, sem identificar os responsáveis pelas indicações.

Questionada por email, a assessoria da Câmara não retornou.

Do montante total, R\$ 3,8 bilhões são originários do Senado e R\$ 7,9 bilhões, da Câmara. A Casa Alta, por outro lado, informa o parlamentar autor para as emendas de comissão.

Essas “emendas de liderança”, como denominou a Transparência Brasil, foram operadas por PP, União

Brasil, Republicanos, PL, Avante, Podemos e Solidariedade.

“Os achados deste estudo demonstram que ainda persiste elevado grau de opacidade sobre as emendas de comissão e que, dentre esses recursos, as indicações atreladas às lideranças operam com lógica semelhante ao extinto orçamento secreto”, diz o relatório.

O STF julgou inconstitucional o orçamento secreto, como ficou conhecido uso das emendas de relator pelos congressistas. De acordo com Transparência Brasil, desde então até 2025, o volume pago em emendas de comissão cresceu 68 vezes.

A prática continua em 2026. Segundo dados parciais baixados em maio, R\$ 373,8 milhões já foram registrados com autoria de lideranças partidárias. Com exceção do Solidariedade, todos os partidos identificados no ano passado seguem adotando o modelo. O PT também passou a adotá-lo.

Hoje as emendas parlamentares se dividem em individuais (RP6), de bancada (RP7) e de comis-

são (RP8). As duas primeiras são impositivas, ou seja, o governo federal é obrigado a destinar o recurso. As emendas de comissão não são impositivas, mas, em razão de manobras por meio de leis orçamentária e acordos políticos, acabam assumindo esse caráter.

A Transparência Brasil também identificou um padrão de distribuição: os recursos foram concentrados em beneficiários em um ou dois estados, e o restante foi pulverizado em outros entes da federação. Isso indica que a indicação final é realizada por diversos deputados da legenda, de diferentes regiões do país, com caciques se apropriando de maiores volumes.

A Comissão de Saúde concentrou o maior volume das emendas, com R\$ 818 milhões em 808 indicações pulverizadas entre fundos municipais. Depois, vêm as comissões de Turismo (R\$ 163 milhões), Esporte (R\$ 134 milhões), Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (R\$ 102,5 milhões) e Desenvolvimento Urbano (R\$ 43 milhões).